

LÍNGUA PORTUGUESA**1. LETRA C**

"Se essas informações não foram suficientes para levá-los (I)

R: "para levá-los" (TEMOS PREPOSIÇÃO QUE NÃO É FATOR DE ATRAÇÃO + O PRONOME APÓS O VERBO JUNTAMENTE COM O HÍFEN QUE SE CARACTERIZA COMO ÊNCLISE - REGRA GERAL)

"a se (II) interessarem pela GA".

R: "a se interessarem" (PRONOME APARECE ANTES DO VERBO, QUE CARACTERIZA PRÓCLISE).

2. LETRA E

"Em" - Preposição.

"circuitos" - Substantivo, plural.

"esportivos" - Adjetivo, plural.

"internacionais" - Adjetivo, plural.

"é" - Verbo ser, presente do indicativo, terceira pessoa do singular.

"comum" - Adjetivo, singular.

"ouvir" - Verbo.

"atletas" - Substantivo, plural.

"técnicos" - Substantivo, plural.

"e" - Conjunção coordenativa aditiva.

"até" - Advérbio.

"leigos" - Substantivo, plural.

"usando" - Verbo, gerúndio.

"simplesmente" - Advérbio.

"as" - Artigo definido, feminino plural.

"iniciais" - Substantivo, feminino plural.

"GA" - Sigla.

"ginástica" - Substantivo, feminino, singular.

"artística" - Adjetivo, feminino, singular.

3. LETRA A

Para transformar a frase "Daiane criou dois movimentos que foram eternizados pela Federação Internacional de Ginástica (FIG)" em voz ativa, precisamos identificar a ação e o agente que a realiza na voz passiva, e então estruturar a frase de forma que o agente da ação se torne o sujeito na voz ativa.

A frase em voz passiva é: Sujeito paciente: dois movimentos

Verbo: foram eternizados

Agente da passiva: pela Federação Internacional de Ginástica (FIG)

Transformando isso em voz ativa, a Federação Internacional de Ginástica (FIG) se torna o sujeito que realiza a ação de eternizar os movimentos criados por Daiane.

Portanto, a voz ativa correta é: A. Daiane criou dois movimentos que a Federação Internacional de Ginástica eternizou.

4. LETRA A

Não ocorre crase, pois temos uma preposição "DESDE"

A FIM: finalidade

AFIM: afinidade, semelhança ou ligação;

5. LETRA C

- I oração sem sujeito
- II sujeito oculto
- III índice de indeterminação do sujeito

6. LETRA E

A afirmativa I está incorreta porque o texto não detalha toda a trajetória de Nádia Comaneci e Daiane dos Santos, apenas menciona alguns fatos relevantes de suas carreiras.

A afirmativa II está correta porque o texto apresenta a origem e evolução da ginástica artística.

A afirmativa III também está correta porque o texto traz fatos que ilustram a história e o desenvolvimento da ginástica artística.

7. LETRA D

Expositiva: fornece fatos de uma forma educacional e objetiva. Então, apresenta um tema a partir de vários recursos, como definição, descrição, comparação, informação e enumeração. E assim, discutir e explicar sobre um determinado tema.

Descritiva: tem como objetivo descrever as características de uma pessoa, objeto ou ideia. Esse tipo de texto faz com que a pessoa leitora idealize a imagem passada através da escrita.

8. LETRA B

Proparoxítonas (antepenúltima sílaba tônica).

Regra 1 -> acentuam-se TODAS as proparoxítonas.

Ex.: olímpicos, exército, Fátima, sabíamos.

Oxítonas (última sílaba tônica).

Regra 2 -> acentuam-se as oxítonas terminadas em A, E, O, EM, seguidos ou não de "s".

Ex.: vatapá, cafés, jiló, armazém, também, aborrecê-la (os verbos seguem a mesma regra, mesmo sendo acompanhados de pronome).

Paroxítonas (penúltima sílaba tônica).

Regra 3 -> (lógica contrária à regra 2): NÃO se acentuam as paroxítonas terminadas em A, E, O, EM (todas orais), seguidos ou não de "s".

Ex.: cadeira, parede, quadro, item.

Tudo que fugir dessas terminações e forem paroxítonas receberão acento.

Ex.: caráter, lápis, bônus, responsável, tórax, bíceps, órfã, álbum, ânus, órgãos.

ATENÇÃO! Exceção à regra 3 -> Acentuam-se as paroxítonas terminadas em A, E, O, EM quando estas também forem terminadas em ditongo.

Ex.: bactéria, série, necessário, judiciário.

9. LETRA E

I - oxítona terminada em M

II - Hiato com a vogal U sozinha m outra sílaba, logo acentuada

III - toda proparoxítona será acentuada

10. LETRA D

RADICAL ----- SUFIXOS

antig (antigo) ----- uidade

etern (eterno) ----- izados

conquista (conquista) --- da



11. LETRA D

A mais antiga das cidades brasileiras já existia há um século, pelas contas oficiais, quando a nova capital foi inaugurada. Planaltina fará, oficialmente, 160 anos no próximo 19 de agosto, mas ela já existia como Mestre d'Armas desde meados do século 18. Brazlândia, que no começo se chamava Chapadinha, existe desde a primeira metade do século 20, quando duas famílias, uma mineira e uma goiana, se instalaram nas proximidades do ponto mais alto das redondezas, e das fazendas surgiu um povoado. Brazlândia é de 5 de junho de 1933.

12. LETRA C

Projeto Urbanístico = Lúcio Costa (Concurso)

Projeto Arquitetônico = Oscar Niemeyer (escolhido a dedo).

13. LETRA A

Informações de Brasília:

Início da Construção de Brasília: 1956

Inauguração: 1960 -

Empresa responsável : Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP)-

Projeto urbanístico : Lucio Costa (Escolhido pelo concurso - Plano Piloto) - Projeto de lei 2.874

Projeto Arquitetônico : Oscar Niemeyer

Informações extras : Uma atualização importante que ainda não se encontra no site é novas regiões administrativas de DF que atualmente são 35.

Novas: Arapoanga e Água Quente

14. LETRA B

"A Comissão Exploradora do Planalto Central, composta por 21 pessoas e chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls – conhecida como Missão Cruls –, demarcou uma área de 14.400 Km², considerada adequada para a futura capital, que ficou conhecida como "Quadrilátero Cruls"."

15. LETRA D

Então, quando Brasília começou a ser construída, sua primeira edificação religiosa foi Ermida, uma espécie de Capela, em homenagem a Dom Bosco.

"Entre os paralelos 15 e 20 havia um leito muito extenso, que partia de um ponto onde se formava um lago. Então uma voz disse repetidamente: quando escavarem as minas escondidas no meio destes montes, aparecerá aqui a grande civilização, a terra prometida, onde jorrará leite e mel. Será uma riqueza inconcebível! Itália, 30 de Agosto de 1883" é o que diz a profecia. Ao escolherem o local para construção de Brasília, consideraram que ela seria a "terra prometida" da visão do padre.

RACIOCÍNIO LÓGICO**16. LETRA E**

A proposição lógica composta é uma sentença que pode ser verdadeira ou falsa e é formada pela combinação de duas ou mais proposições simples utilizando conectivos lógicos (como "e", "ou", "não", "se... então", etc.).

"A raiz quadrada de 36 é 6 ou -6."

Esta é uma proposição lógica composta, pois utiliza o conectivo lógico "ou" para combinar duas proposições simples: "A raiz quadrada de 36 é 6" e "A raiz quadrada de 36 é -6".

LETRA A - "Faça silêncio!" Não é uma proposição lógica, pois é um comando, e não uma declaração que pode ser verdadeira ou falsa.

LETRA B - " $3x + 5 < 10$." É uma proposição matemática, mas não é composta; é uma proposição simples.

LETRA C - "São oito horas e trinta minutos." É uma proposição lógica simples, afirmando uma única situação.

LETRA D - "Martha Medeiros é uma escritora gaúcha contemporânea." É uma proposição lógica simples, afirmando uma única situação.

17. LETRA C

I. - (+) - = - VERDADE, soma de inimigos = inimigos

II. - (-) = + FALSO os inimigos se cancelam

III. - (-) - = - VERDADE não existe diferença entre inimigos = inimigos

18. LETRA D

$A = \{1, 2, 3, 4, 5\}$

$B = \{3, 4, 5, 6, 7\}$

$C = (A \cap B) = \text{INTERSEÇÃO } A \text{ e } B = \{3, 4, 5\}$

$C - A = \{3-3, 4-4, 5-5\} = 0$

Se fosse o contrário $A - C = \{1-0, 2-0, 3-3, 4-4, 5-5\} = \{1, 2\}$

19. LETRA E

Na negação de TODO: (PELO MENOS UM, EXISTE OU ALGUM + NEGANDO O RESTANTE DA FRASE)

DICA: PEA + NÃO

20. LETRA A

Nessas questões opte por fazer primeiro as questões que dizem com precisão o que cada personagem faz, nesse caso com certeza Eduardo usa Vermelho e Beto usa Azul. Como Cássio não usa nem a camisa amarela e rosa consequentemente ele não usará a Azul que pertence a Beto nem a Vermelha que pertence a Eduardo restando para ele a Camisa verde, depois só distribuir as demais cores, por eliminação do gabarito também chega ao resultado.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

21. LETRA A

A postura INCORRETA adotada por um profissional em relação à questão ética é: alimentar fofocas dentro do ambiente de trabalho. Isso porque fofocas podem gerar um ambiente de trabalho tóxico, minar a confiança entre os colegas, prejudicar a reputação de outros e interferir negativamente na produtividade e na moral da equipe. Portanto, alimentar fofocas não é uma conduta ética.

22. LETRA B

Decreto 1171/94

XIV - São deveres fundamentais do servidor público:

...

c) ser probo, reto, leal e justo, demonstrando toda a integridade do seu caráter, escolhendo sempre, quando estiver diante de duas opções a melhor e a mais vantajosa para o bem comum;

23. LETRA E

Ética é o comportamento individual e refletido de uma pessoa com base em um código de ética ou de conduta que deve ter aplicabilidade geral. É chamado de ética o campo da que se dedica a entender e a refletir as ações



humanas (ações morais) e a classificá-las enquanto certas ou erradas. A moral é uma espécie de conjunto de hábitos e costumes de uma sociedade. A moral, em geral, faz-se de acordo com a cultura de um local em um determinado espaço de tempo.

24. LETRA C

O Código de ética é um conjunto de normas para serem seguidas e as penalidades para caso não sejam cumpridas. Em sua maioria consta que o servidor deve agir com dignidade, decoro, zelo, eficácia e ser atencioso com os usuários do serviço público.

-O servidor deve sempre ter em mente o bem comum objetivando manter qualidade no atendimento público.

-Os códigos de ética deixam claro que o atendimento deve ser impessoal e colocar o interesse público acima do interesse pessoal.

25. LETRA E

As alternativas A, B, C e D condizem com atitudes éticas. Já a alternativa E aponta que Desrespeitar as diferenças e culpar os colegas por sua conduta não é uma prática ética.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. LETRA A

SOMA(A1:B2) + SOMA(B1:C2).

10+40+20+50 + 20+50+30+60 =280

VALE LEMBRAR: O uso dos DOIS PONTOS ":" em planilhas eletrônicas equivale ao intervalo de um número a outro

já o PONTO E VIRGULA ";" trata de dizer para a planilha que deve ser somado os números, e somente eles, contidos nas respectivas células citadas.

27. LETRA C

As VPNs são usadas para transmitir dados de forma segura e anônima em redes públicas. Elas funcionam mascarando os endereços IP do usuário e criptografando os dados para que se tornem ilegíveis por qualquer pessoa não autorizada a recebê-los. Considerada como um túnel, entre seu o computador e um serviço operador pelo servidor.

28. LETRA E

A) Rootkits: Um rootkit é um tipo de software malicioso projetado para fornecer acesso privilegiado não autorizado a um sistema de computador. Eles podem ser usados para ocultar a presença de outros tipos de malware ou para manter o acesso persistente ao sistema. Um rootkit pode permitir que um invasor controle remotamente o sistema comprometido.

B) Spyware: Spyware é um tipo de malware projetado para espionar as atividades de um usuário de computador sem o seu conhecimento ou consentimento. Ele pode coletar informações confidenciais, como senhas, informações de cartão de crédito e histórico de navegação, e enviá-las a terceiros mal-intencionados.

C) Keyloggers: Um keylogger é um tipo de software ou dispositivo de hardware que registra todas as teclas digitadas em um computador, geralmente sem o conhecimento do usuário. Os keyloggers podem ser usados para capturar informações confidenciais, como senhas, e transmiti-las a um invasor.

D) Backdoor: Uma backdoor é uma porta de entrada secreta em um sistema de computador que permite a um invasor contornar as medidas de segurança normais e obter acesso não autorizado ao sistema. As backdoors podem ser instaladas por hackers ou desenvolvedores de software mal-intencionados para facilitar o acesso futuro ao sistema comprometido.

E) Ransomware: Ransomware é um tipo de malware que criptografa os arquivos de um sistema de computador e exige um pagamento de resgate em troca da chave de descryptografia. Os usuários infectados pelo ransomware ficam impossibilitados de acessar seus arquivos até que paguem o resgate exigido pelo invasor. No caso apresentado, Silvia parece ter sido vítima de um ataque de ransomware, pois seu computador está pedindo um pagamento em uma "moeda cripto" para liberar o acesso aos arquivos. Este é um comportamento característico de um ataque de ransomware, onde os arquivos são criptografados e o usuário é solicitado a pagar um resgate para recuperá-los.

29. LETRA E

As informações apresentadas se encontra na seguinte sequência:

-Guia LAYOUT DE PÁGINA → grupo PARÁGRAFO → QUEBRAS DE LINHAS E DE PÁGINA → PAGINAÇÃO:

I- Controle de linhas órfãs/viúvas;

II- Manter com o próximo;

III- Manter linhas juntas; e

IV- Quebrar página antes.

30. LETRA B

"A ICP-Brasil foi instituída através da Medida Provisória (MP) 2.200-2, de 24/08/2001, e teve sua vigência prorrogada em decorrência da edição da Emenda Constitucional no 32/2001, tendo o §1º do art. 10 da referida MP garantido a veracidade das declarações constantes em documentos eletrônicos produzidos por meio do processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil." (Fonte: <https://cryptoid.com.br/banco-de-noticias/assinatura-digital-em-contratos/>)

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei no 3.071, de 1o de janeiro de 1916 - Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

DIREITO ADMINISTRATIVO

31. LETRA D

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018:

Art. 5º Para os fins desta Lei, considera-se: [...]

XII - consentimento: manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o titular concorda com o tratamento de seus dados pessoais para uma finalidade determinada;

32. LETRA B

A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), Lei nº 13.709/2018, tem como fundamentos

1-Respeito à privacidade: Assegura os direitos fundamentais de inviolabilidade da intimidade, da honra, da imagem e da vida privada.

2-Autodeterminação informativa: Expressa o direito do cidadão ao controle e, assim, à proteção de seus dados pessoais e íntimos.

3-a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem

4-Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião: Direitos previstos na Constituição brasileira.



5-Desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação: Criação de um cenário de segurança jurídica em todo o país.

6-Livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor: Por meio de regras claras e válidas para todo o setor privado.

7-Direitos humanos, livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais

33. LETRA B

José dos Santos Carvalho Filho conceitua a expressão agentes públicos como "o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado"(CARVALHO FILHO, 2018, p. 707).

34. LETRA A

L8429/92 §1º Consideram-se atos de improbidade administrativa as condutas dolosas tipificadas nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, ressalvados tipos previstos em leis especiais.

§ 2º Considera-se dolo a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 desta Lei, não bastando a voluntariedade do agente.

SANÇÕES NOVA LEI.

Art. 9º - Enriquecimento ilícito:

Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

Perda da função pública

Suspensão dos direitos políticos até 14 anos

Pagamento de multa civil equivalente ao valor do acréscimo patrimonial

Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos: por prazo não superior a 14 anos.

Art. 10 - Lesão ao erário:

Perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.

Perda da função pública

Suspensão dos direitos políticos até 12 anos

Pagamento de multa civil equivalente ao valor do dano

Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos: por prazo não superior a 12 anos.

Art. 11 - Que atenta contra os princípios da Administração:

Pagamento de multa civil de até 24X o valor da remuneração percebida pelo agente.

Proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos: por prazo não superior a 4 anos.

35. LETRA C

"[...] A estrutura legal dos órgãos públicos está imbricada em uma complexa rede de normativas, que orientam desde a criação até a execução de suas funções. Dentro deste contexto, é imperativo compreender as nuances que definem a organicidade dos órgãos públicos e como estas se manifestam na governança pública da Administração Pública. Essa compreensão é vital para Agentes administrativos, que atuam no cerne da implementação dessas políticas.

DIREITO CONSTITUCIONAL

36. LETRA E

As alternativas A, B, C e D se referem ao Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 - II - garantir o desenvolvimento nacional;
 - III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
 - IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- Art 1º - CF [...] IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa

37. LETRA A

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

38. LETRA A

FUNDAMENTOS - SO CI DI VALI PLU (art. 1º)

Soberania

Cidadania

Dignidade da pessoa humana

Valores sociais do trabalho e livre iniciativa

Pluralismo político

OBJETIVOS FUNDAMENTAIS - CONGA ERRA PRO (art. 3º)

Construir uma sociedade livre, justa e solidária;

Garantir o desenvolvimento nacional;

Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS - CONDE PRESO NÃO REINA COOPERA IGUAL (art. 4º)

Concessão de Asilo político

Defesa da paz

Prevalência dos direitos humanos

Solução pacífica dos conflitos

Não Intervenção

Repúdio ao terrorismo e ao racismo

Independência nacional

Autodeterminação dos povos

Cooperação entre os os povos para o progresso da humanidade

Igualdade entre os Estados

B) A Constituição Federal de 1988 estabelece o princípio da solidariedade como um dos seus fundamentos, promovendo a cooperação entre os entes federativos para a promoção do bem comum e o desenvolvimento nacional. (Não tem esse fundamento entre o rol de fundamentos).

C) A Constituição Federal de 1988 não prevê o princípio da dignidade da pessoa humana como um dos seus fundamentos, uma vez que este conceito não era considerado relevante na época de sua promulgação. (Prevê sim e é considerado a base da Constituição Federal de 1988.)

D) A Constituição Federal de 1988 estabelece a prevalência dos interesses individuais sobre os interesses coletivos como um dos seus princípios fundamentais, garantindo a proteção dos direitos individuais em detrimento do bem-estar da sociedade como um todo. (A supremacia do interesse público sobre o privado, base da Administração Pública, exige que o interesse da coletividade tenha preferência em relação aquele do particular, evidenciando a relação vertical existente entre a Administração e os administrados).

39. LETRA D

Questão excelente, mistura dos conhecimentos das formas de adquirir a nacionalidade nata e naturalizada, bem como as formas de perda da nacionalidade.

A moça no caso é brasileira nata, uma vez que - ao meu entender- multinacional é uma empresa privada, e não pública, sendo assim, não se desnatura a condição de brasileira nata.

A referida perdeu a nacionalidade ao renunciá-la, porém, esta perda não é definitiva, podendo a reaver na forma da lei.

Legislação Abaixo, CF/88:

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira;

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.

.....
§ 4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

a) revogada;

b) revogada.

§ 5º A renúncia da nacionalidade, nos termos do inciso II do § 4º deste artigo, não impede o interessado de readquirir sua nacionalidade brasileira originária, nos termos da lei.

40. LETRA D

No Brasil, existem cinco modalidades de naturalização de estrangeiros previstas pelo Conselho Nacional de Imigração:

1. Naturalização ordinária

Idealizada para imigrantes com autorização de residência por tempo indeterminado que estejam morando no Brasil há pelo menos quatro anos.

2. Naturalização extraordinária

Permite que estrangeiros com residência no Brasil há mais de 15 anos sejam priorizados, conseguindo a nacionalidade brasileira com maior velocidade.

3. Naturalização provisória

Imigrantes que vieram ao Brasil antes de completar 10 anos de vida podem, ao atingir a maioridade, confirmar o desígnio de ser brasileiro naturalizado pela opção a seguir.

4. Naturalização definitiva

A conversão de naturalização de provisória para definitiva deve ser aplicada no prazo máximo de dois anos após o estrangeiro atingir sua maioridade civil.

5. Naturalização especial

Recentemente incluída, a naturalização especial atende estrangeiros que sejam cônjuges ou companheiros, há pelo menos cinco anos, dos seguintes cidadãos:

- Integrantes do Serviço Exterior Brasileiro em atividade;
- Pessoa a serviço do Estado brasileiro no exterior;
- Imigrante empregado em missão diplomática ou repartição consular brasileira por mais de 10 anos ininterruptos.

LODF

41. LETRA D

Essa alternativa está correta porque a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) prevê a inclusão de representantes dos servidores públicos na direção superior dessas entidades. Esses representantes são escolhidos dentro do quadro funcional e suas funções são definidas por lei. Isso promove a participação ativa dos servidores na gestão e garante que suas necessidades e opiniões sejam levadas em consideração nas decisões administrativas.

42. LETRA B

Essa alternativa está correta de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), que estabelece que todos os agentes públicos, independentemente da categoria ou natureza do cargo, emprego ou função, têm a obrigação de declarar seus bens ao assumir, deixar o cargo ou se aposentar. Isso visa garantir a transparência e prevenir a corrupção no serviço público.

43. LETRA B

Essa alternativa está correta porque a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) prevê que pessoas que tenham praticado atos que causem inelegibilidade, conforme a legislação eleitoral, estão impedidas de serem designadas para funções de confiança ou nomeadas para empregos ou cargos em comissão na administração direta e indireta do Distrito Federal. Isso busca garantir a probidade e a moralidade na administração pública.

44. LETRA E

Essa alternativa está correta porque, conforme a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF), a estabilidade no serviço público é adquirida após três anos de efetivo exercício e aprovação em avaliação especial de desempenho. Além disso, mesmo servidores estáveis podem perder o cargo se não forem aprovados em avaliações periódicas de desempenho, desde que lhes sejam garantidos o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na legislação.

45. LETRA E

Essa alternativa está correta porque a Lei Orgânica do Distrito Federal (LODF) estabelece que, ao instituir planos de carreira para seus servidores, o Distrito Federal deve ouvir as entidades representativas dos servidores abrangidos. Isso garante a participação dos servidores, por meio de suas entidades representativas, no processo de elaboração dos planos de carreira, promovendo um diálogo mais democrático e atendendo melhor às necessidades e interesses dos servidores.

LC N°840/2011

46. LETRA A



- I. Correta. De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo fica sujeito ao estágio probatório pelo prazo de três anos ao entrar em exercício.
- II. Correta. A lei prevê que, na hipótese de acumulação lícita de cargos, o estágio probatório deve ser cumprido em relação a cada cargo em cujo exercício esteja o servidor, sendo vedado o aproveitamento de prazo ou pontuação de um cargo para o outro.
- III. Correta. Durante o estágio probatório, são avaliadas a aptidão, a capacidade e a eficiência do servidor para o desempenho do cargo, observando fatores como assiduidade, pontualidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade.

47. LETRA B

De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 840/2011, a avaliação do estágio probatório é realizada semestralmente até o trigésimo mês, com a atribuição de notas numéricas de zero a dez para cada fator avaliado. Esses fatores incluem assiduidade, pontualidade, produtividade, entre outros, para verificar a aptidão, capacidade e eficiência do servidor no desempenho do cargo.

48. LETRA C

De acordo com a Lei Complementar nº 840/2011, a servidora gestante ocupante de cargo efetivo tem direito à licença-maternidade pelo período de 180 dias, com remuneração garantida. Essa licença pode ser antecipada em até 28 dias antes do parto, desde que haja prescrição médica para isso. Essa medida visa assegurar a proteção à maternidade e o bem-estar da servidora e do recém-nascido.

49. LETRA A

De acordo com a Lei Complementar nº 840/2011, o servidor ocupante de cargo efetivo que complete cinco anos de efetivo exercício tem direito a uma licença remunerada de três meses, a cada quinquênio. Durante essa licença, o servidor mantém sua remuneração integral, incluindo a retribuição do cargo em comissão que eventualmente exerça. Os períodos de licença são inacumuláveis, o que significa que não podem ser acumulados para uso posterior, e a conversão da licença em pecúnia é vedada, ou seja, não pode ser transformada em dinheiro.

50. LETRA B

De acordo com a Lei Complementar nº 840/2011, o direito de representação é um direito assegurado ao servidor público, que pode ser exercido sem a necessidade de pagamento de taxas. Este direito permite que o servidor apresente queixas, reclamações ou sugestões relacionadas ao serviço público ou às condições de trabalho, buscando a correção de irregularidades ou a melhoria dos serviços públicos.

PDPM**51. LETRA B**

O II Plano Distrital de Políticas para Mulheres (II PDPM 2020-2023) inclui, entre seus objetivos específicos, o fortalecimento da agricultura familiar e dos agronegócios. Este fortalecimento é promovido por meio da disponibilidade de assistência técnica e extensão rural, reconhecendo a importância de garantir o suporte necessário para o desenvolvimento sustentável das atividades rurais realizadas por mulheres. Esse objetivo visa assegurar que as mulheres no meio rural tenham acesso aos recursos e ao conhecimento necessários para melhorar suas condições de vida e produtividade.

52. LETRA D

A alternativa d) está incorreta porque a ONU estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), e não 10. Esses objetivos abrangem diversas áreas, incluindo o 5º objetivo, que visa alcançar a igualdade de



gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. Portanto, a afirmação de que foram considerados "10 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" é incorreta.

53. LETRA C

A alternativa c) está incorreta porque contém dados incorretos sobre a composição demográfica do Brasil. De acordo com a PNAD Contínua do IBGE, realizada em 2019, cerca de 56% da população brasileira é formada por negros e pardos (considerados juntos como "pretos" e "pardos"). A proporção mencionada de 76,10% é exagerada e não corresponde aos dados oficiais. Portanto, essa alternativa apresenta informações demográficas imprecisas.

54. LETRA E

Uma das metas do Eixo 1 – Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM) 2020 – 2023 é justamente aumentar o número de parcerias com organizações governamentais e não governamentais. Essas parcerias visam promover a igualdade de gênero e oferecer cursos para mulheres, contribuindo para sua autonomia econômica e fortalecimento no mercado de trabalho.

54.1 LETRA B

A alternativa b) está incorreta porque limita o reconhecimento do papel da parceria entre a sociedade civil e o Distrito Federal apenas à elaboração de políticas públicas voltadas para as mulheres no mundo do trabalho. Na realidade, o II Plano Distrital de Políticas para Mulheres do Distrito Federal (II PDPM-DF) reconhece a importância dessa parceria de forma mais ampla, abrangendo diversas áreas além do mundo do trabalho, como saúde, educação, enfrentamento à violência e igualdade de gênero em geral. Portanto, a descrição da alternativa é imprecisa e não reflete completamente o escopo do plano.

DIREITO PENAL

55. LETRA E

De acordo com o princípio da intervenção mínima, o Direito Penal não deve interferir em demasia na vida em sociedade, devendo ser utilizado somente quando os demais ramos do Direito não forem suficientes para proteger os bens de maior importância (STJ, HC 215.522/RS, Rel. Min. Gurgel de Faria, 5ª T., DJe 10/11/2015). Segundo o princípio da INTERVENÇÃO MÍNIMA: Direito Penal deve intervir na medida do que for ESTRITAMENTE NECESSÁRIO.

=> DOCTRINA DIVIDE este princípio EM:

*PRINCÍPIO DA FRAGMENTARIEDADE: Somente bens jurídicos RELEVANTES merecem a tutela penal.

*PRINCÍPIO DA SUBSIDIARIEDADE: O Direito Penal somente tutela um bem jurídico quando os DEMAIS RAMOS DO DIREITO se mostrem insuficientes (atuação do Direito Penal como ultima ratio).

Outros princípios:

Legalidade/ reserva legal ou estrita legalidade (art.5º, XXXIX) - Somente lei em sentido estrito pode prever tipos penais.

NÃO se admite medidas provisórias ou outra espécie legislativa.

São corolários da reserva legal:

Taxatividade/ Reserva legal/ Irretroatividade da lei penal

Princípio da anterioridade: O crime e a pena devem estar previstos previamente.

LESIVIDADE OU OFENSIVIDADE: NÃO há crime SEM OFENSA a bens jurídicos (exige que do fato praticado ocorra lesão ou perigo de lesão ao bem jurídico tutelado);

ALTERIDADE: A conduta a ser proibida deve lesionar DIREITO DE TERCEIROS. A infração penal NÃO pode atingir apenas o próprio autor.

PESSOALIDADE, PERSONALIDADE OU INTRANSCEDÊNCIA: A responsabilidade penal é PESSOAL, e não se estende a terceiros (mandamento constitucional - art. 5º, XLV, CF/88).

CULPABILIDADE: Autor da conduta deve ter agido com DOLO OU CULPA.

ADEQUAÇÃO SOCIAL: Condutas tidas como ADEQUADAS pela sociedade NÃO merecem tutela penal.

HUMANIDADE: Decorre do PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA e proíbe que a pena seja usada como meio de VIOLÊNCIA, como tratamento CRUEL, DESUMANO E DEGRADANTE.

56. LETRA D

- A lei penal só retroagirá para beneficiar o réu (art. 5º, XL, da CF).

- É vedada a combinação de leis penais, conforme entendimento dos Tribunais Superiores: Súmula 501 do STJ: É cabível a aplicação retroativa da Lei n. 11.343/2006, desde que o resultado da incidência das suas disposições, na íntegra, seja mais favorável ao réu do que o advindo da aplicação da Lei n. 6.368/1976, sendo vedada a combinação de leis.

“O acórdão fustigado encontra-se em total sintonia com a jurisprudência deste Tribunal Superior, o qual, na análise da retroatividade da lei penal material, tem entendido pela impossibilidade daquilo que a doutrina penalista chama de "combinação de leis", isto é, deve ser analisada de forma integral a nova lei mais benéfica, não se permitindo aplicação de uma parte do dispositivo revogado e outra parte do novo dispositivo. Precedentes da Quinta e da Sexta Turmas do STJ”. (STJ. 5ª Turma. AgRg no HC 721.925/SC, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, julgado em 08/03/2022).

57. LETRA A

Bagatela Imprópria é a irrelevância de aplicação da pena; se tem a tipicidade formal + tipicidade material.

Insignificância é a irrelevância penal no mundo jurídico, excluindo a tipicidade material; se tem a tipicidade formal + tipicidade material (irrelevante/excluída).

Da insignificância - não tem previsão legal, é uma construção da Doutrina e da Jurisprudência. Também chamado de infração de bagatela e/ou bagatela imprópria; criada por Claus Roxin; é a ideia de que o direito penal não pode se preocupar com bens irrelevantes, o estado não deve se valer do direito penal se pelo menos não lhe coloque em lesão ou em perigo de lesão.

MARI: Mínima ofensividade da conduta; Ausência de periculosidade social da ação; Reduzido grau de reprovabilidade; Inexpressividade da lesão jurídica.

58. LETRA A

CP: Art. 28 - Não excluem a imputabilidade penal:

I - a emoção ou a paixão;

Embriaguez

II - a embriaguez, voluntária ou culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos.

§ 1º - É isento de pena o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

§ 2º - A pena pode ser reduzida de um a dois terços, se o agente, por embriaguez, proveniente de caso fortuito ou força maior, não possuía, ao tempo da ação ou da omissão, a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

59. LETRA E

A- Art. 23 Parágrafo único - O agente, em qualquer das hipóteses deste artigo, responderá pelo excesso doloso ou culposos.

B - Art. 26 - É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

C - Art. 24 § 2º - Embora seja razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado, a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

D- Art. 25 Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

E- Art. 24 § 1º - Não pode alegar estado de necessidade quem tinha o dever legal de enfrentar o perigo. (GABARITO)

60. LETRA B

Teoria da Normalidade das Circunstâncias Concomitantes: alguém só pode ser considerado culpado se praticar o crime em circunstâncias normais.

Teoria da Culpabilidade: Criada e desenvolvida por Zaffaroni. Dizia que, na vida, nem todas as pessoas tiveram e têm as mesmas oportunidades (CP 66).

Tipicidade conglobante: Antinormatividade aliada à tipicidade material. A tipicidade material significa que não basta que a conduta do agente se amolde ao tipo legal. É preciso que lesione ou coloque em risco bens jurídicos penalmente relevantes.

Teoria dos elementos negativos do tipo: Nega autonomia dentro do sistema da dogmática jurídico-penal às causas excludentes da ilicitude, que, segundo essa teoria, devem estar agregadas ao tipo de delito (tipos provisórios do injusto ou tipos incriminadores) como requisitos negativos.

Teoria da imputação objetiva: Surgiu no século XX como uma alternativa à causalidade. Imputação objetiva significa atribuir a alguém a realização de uma conduta criadora de um relevante risco juridicamente proibido e a produção de um resultado jurídico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

61. LETRA B

PRAZOS DO INQUÉRITO

Tipo do inquérito - Preso - Solto

Regra geral: 10 - 30

Federal: 15+15 - 30

Lei de drogas: 30+30 - 90+90

Militar: 20 - 40+20

Economia popular: 10 - 10

O inquérito policial não se confunde com a instrução criminal. Por essa razão, não se aplicam ao inquérito os princípios do processo penal, nem mesmo o contraditório, pois o inquérito não tem finalidade punitiva, mas apenas investigativa. O que se assegura, unicamente, é a possibilidade da vítima e do indiciado fazerem requerimentos ao delegado, as quais poderão ou não ser atendidos.

Sendo o inquérito mero procedimento informativo, os seus possíveis vícios não afetam a ação penal a que deu origem. A desobediência às formalidades legais podem acarretar a ineficácia do ato em si (relaxamento de prisão em flagrante, por exemplo), mas não influi na ação já iniciada.

62. LETRA E

A. A discricionariedade se refere à liberdade que a autoridade policial tem para decidir sobre como conduzir o inquérito, quais diligências realizar, etc. No caso descrito, a abertura do inquérito é obrigatória (oficiosidade), não sendo uma decisão discricionária.

B. A confidencialidade se refere à restrição de acesso às informações do inquérito a pessoas não autorizadas. Embora seja um aspecto importante do inquérito policial, não é a manifestação principal mencionada no contexto.

C. A indisponibilidade significa que o inquérito policial não pode ser arquivado pela autoridade policial, exceto nas hipóteses previstas em lei. Esta é uma característica do inquérito, mas não descreve diretamente a manifestação do delegado ao iniciar a investigação.

D. A dispensabilidade significa que em certos casos o inquérito policial pode ser dispensado, como nos crimes de ação penal pública incondicionada. No entanto, no caso descrito, o inquérito é obrigatório para apurar o crime mencionado.

E. A oficiosidade do inquérito policial se refere ao dever da autoridade policial de iniciar a investigação de ofício, sem depender de provocação externa (como queixa da vítima). No caso descrito, João, ao iniciar o inquérito sem necessidade de provocação da vítima, está atuando de acordo com o princípio da oficiosidade.

63. LETRA B

I. (CERTO)

Art. 5º, CPP - Nos CRIMES DE AÇÃO PÚBLICA o INQUÉRITO POLICIAL será INICIADO:

II. mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

II. (ERRADO)

Não são todos os atos que será dado acesso, apenas os já documentados.

Súmula Vinculante 14: É direito do defensor, no interesse do representado, ter acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.

III. (ERRADO)

Quem arquiva IP é o MP.

Art. 17, CPP - A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito.

64. LETRA D

A) incorreta. A ausência de violência ou grave ameaça é exigida como requisito do artigo 28-A do CPP: art. 28-A. Não sendo caso de arquivamento e tendo o investigado confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos, o Ministério Público poderá propor acordo de não persecução penal, desde que necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime, mediante as seguintes condições ajustadas cumulativa e alternativamente: [...]

B) incorreta. A suspensão condicional do processo vem prevista no artigo 89 da Lei 9.099/95. No entanto, conforme determina o artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha, aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

C) incorreta. O impedimento à utilização dos institutos despenalizadores no âmbito da Lei Maria da Penha vem prevista expressamente no artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

D) correta. Trata-se da previsão expressa do artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995. Tal entendimento vem reforçado pela Súmula 536 do STJ: “A suspensão condicional do processo e a transação penal não se aplicam na hipótese de delitos sujeitos ao rito da Lei Maria da Penha”.

E) incorreta. A transação penal é prevista como instituto despenalizador na Lei n. 9.099/95. Entretanto, o artigo 41 da Lei n. 11.340/06 – Lei Maria da Penha proíbe a aplicação da Lei n. 9.099/95 nos crimes de violência

doméstica contra mulher: Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995.

65. LETRA B

Famoso artigo 25 do CPP: A representação será irretratável, depois de oferecida a denúncia.

Obs.: Lembrando que a regra do estelionato é de exigir representação, salvo quando:

Art. 171: [...]

§ 5º Somente se procede mediante representação, salvo se a vítima for:

I - a Administração Pública, direta ou indireta;

II - criança ou adolescente;

III - pessoa com deficiência mental; ou

IV - maior de 70 (setenta) anos de idade ou incapaz.

Adendo: Lei Maria da Penha (Art. 16 -11340/06) é antes do recebimento da denúncia, em audiência especialmente designada para esse fim.

LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO

66. LETRA C

A alternativa c) está incorreta porque, de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), dirigir sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência é, de fato, uma infração gravíssima. No entanto, a parte que menciona "quando não se sentir em condições de dirigir o veículo com segurança" não configura por si só uma infração gravíssima específica no CTB. As outras situações descritas nas alternativas a), b), d) e e) são corretamente classificadas como infrações gravíssimas conforme o CTB.

67. LETRA D

I. Correta. Quando uma pista de rolamento comporta várias faixas de circulação no mesmo sentido, as faixas da direita são destinadas ao deslocamento dos veículos mais lentos e de maior porte. Quando não houver faixa especial a eles destinada, as faixas da esquerda são destinadas à ultrapassagem e ao deslocamento dos veículos de maior velocidade. Isso garante uma melhor organização e segurança no trânsito.

II. Correta. A circulação deve ser feita pelo lado direito da via, com exceções devidamente sinalizadas. Esta regra básica de circulação visa padronizar o fluxo de veículos e evitar acidentes.

III. Correta. O condutor deve guardar uma distância de segurança lateral e frontal entre o seu veículo e os demais, assim como em relação ao bordo da pista. Essa distância deve ser considerada levando em conta a velocidade, as condições do local, da circulação, do veículo e as condições climáticas. Manter uma distância segura é essencial para prevenir colisões e garantir a segurança de todos os usuários da via.

IV. Correta. O trânsito de veículos sobre passeios, calçadas e acostamentos só pode ocorrer para entrar ou sair de imóveis ou áreas especiais de estacionamento. Essa regra visa proteger os pedestres e garantir que as áreas destinadas a eles não sejam usadas indevidamente pelos veículos.

68. LETRA C

Falso. Este não é um dever estipulado pela Lei Federal nº 12.619/2012 para os motoristas profissionais. A lei foca mais nas práticas de direção e segurança do motorista, e não nas condições de mercado do veículo.

Verdadeiro. A lei exige que os motoristas profissionais conduzam o veículo com habilidades adequadas, prudência e zelo, seguindo os princípios da direção defensiva para garantir a segurança no trânsito.

Verdadeiro. Os motoristas profissionais devem seguir rigorosamente a legislação de trânsito, incluindo as normas que regulam o tempo de direção e descanso, para evitar a fadiga e garantir a segurança.

Verdadeiro. É um dever do motorista profissional cuidar adequadamente da carga que está transportando e do veículo, assegurando que ambos estejam em boas condições.

Falso. Os motoristas profissionais devem colaborar com as autoridades de trânsito durante a fiscalização. Contestar a fiscalização não é um comportamento esperado ou permitido pela lei.

Verdadeiro. A lei permite que empregadores instituíam programas de controle de uso de drogas e álcool, e os motoristas devem se submeter a esses testes, desde que estejam cientes das regras e procedimentos.

69. LETRA B

De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Lei nº 13.103/2015, que regulamenta o tempo de direção do motorista profissional, especificamente para os motoristas de transporte rodoviário de cargas, a seguinte regra se aplica:

- O motorista deve fazer uma pausa de 30 minutos a cada 6 horas de direção.
- É permitido fracionar tanto o tempo de direção quanto o tempo de descanso, desde que o motorista não conduza por mais de 5 horas e meia contínuas.

Isso significa que dentro de um período de 6 horas de trabalho, o motorista deve parar para descansar por pelo menos 30 minutos. Esta pausa pode ser dividida em intervalos menores, e o motorista deve garantir que não dirija por mais de 5 horas e meia sem interrupção. Este regulamento visa a segurança do motorista e dos demais usuários da via, prevenindo a fadiga e reduzindo o risco de acidentes.

70. RESPOSTA LETRA B

I. Correto. A legislação de trânsito brasileira não proíbe explicitamente a circulação de tratores nas vias públicas, incluindo rodovias, exceto quando há sinalização específica, como a placa R-13 (proibido trânsito de tratores e máquinas de obras). Na ausência dessa sinalização, a condução de tratores é permitida, desde que sejam observadas algumas disposições legais, como o uso adequado do veículo e as normas de segurança.

II. Incorreto. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), especificamente no artigo 144, a condução de tratores exige a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na categoria C ou superior. A categoria B não é adequada para a condução de tratores, pois esta é destinada a veículos de passeio e não a veículos de tração ou de carga pesada, como tratores.

III. Correto. A legislação de trânsito exige que tratores fabricados a partir de 2013 sejam registrados e licenciados. Para tratores fabricados antes de 2013, conduzidos por pessoas sem habilitação adequada (categoria A ou B) ou sem habilitação, não há imposição de sanções administrativas específicas relacionadas ao registro e licenciamento. No entanto, se a condução desses veículos for feita de maneira anormal ou perigosa, causando risco aos demais usuários da via, pode haver punição criminal conforme o artigo 309 do CTB, que trata da condução perigosa de veículo.

IV. Correto. Os tratores de rodas, de esteiras ou mistos são classificados como veículos de tração. A legislação estabelece que esses veículos automotores, quando utilizados para puxar ou arrastar maquinaria ou executar trabalhos agrícolas, de construção ou pavimentação, e quando transitam nas vias públicas, devem ser registrados e licenciados pela autoridade competente, recebendo numeração especial conforme as regras de trânsito.

LEI MARIA DA PENHA

71. LETRA B

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a denúncia por lesão corporal praticada no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher é uma ação penal pública incondicionada. Isso significa que não depende da representação da ofendida para que o Ministério Público possa oferecer a denúncia contra o agressor. Este é um mecanismo para proteger as vítimas e garantir a responsabilização dos agressores mesmo quando as vítimas, por qualquer motivo, não desejam ou não se sentem seguras para representar.



72. LETRA D

I. Correto. Concernente à equipe multidisciplinar, a legislação regulamenta que deve ser composta por profissionais especializados nas áreas psicossocial, jurídica e de saúde, sendo o assistente social um destes profissionais. A Lei Maria da Penha prevê a criação de equipes multidisciplinares para atender às vítimas de violência doméstica e familiar, incluindo profissionais dessas áreas.

II. Correto. A criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher partiu da promulgação da referida lei, em substituição aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, os quais trabalhavam com a questão da violência contra a mulher. A Lei Maria da Penha realmente estabeleceu a criação desses juizados especializados, substituindo a competência dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais para tratar de casos de violência doméstica.

III. Correto. Em seu art. 17, a referida lei estabelece que é vedada a aplicação, nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, de penas de cesta básica ou outras de prestação pecuniária, bem como a substituição de pena que implique o pagamento isolado de multa. Este item está de acordo com a legislação.

73. LETRA C

De acordo com a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), especificamente no artigo 18, o juiz deve conhecer do expediente e do pedido e decidir sobre as medidas protetivas de urgência no prazo de 48 horas. Este prazo é estabelecido para garantir uma resposta rápida e eficaz para a proteção da mulher vítima de violência doméstica e familiar, permitindo a tomada de medidas que possam prevenir novos atos de violência e assegurar a segurança da vítima.

74. LETRA B

De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), o juiz pode adotar diversas medidas protetivas de urgência para garantir a segurança e o bem-estar da mulher em situação de violência doméstica e familiar. Entre essas medidas estão o afastamento do agressor do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima, a manutenção do vínculo trabalhista com o afastamento do local de trabalho, e a prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

- Afastamento do local de trabalho: O artigo 23 da Lei Maria da Penha prevê a possibilidade de afastamento do local de trabalho com a manutenção do vínculo trabalhista, como forma de proteger a vítima de violência doméstica.

- Prestação de alimentos provisionais: O artigo 22, inciso V, permite que o juiz determine a prestação de alimentos provisionais ou provisórios, o que pode ser decidido no contexto das medidas protetivas de urgência.

75. LETRA D

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), em seu artigo 5º, define a violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial. A legislação também especifica que a violência no âmbito da unidade doméstica ocorre no espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas.